



O Legislativo brasileiro está discutindo a adoção de boas práticas ambientais. Seminário com esse objetivo teve início ontem, por iniciativa do Senado, da Câmara e do TCU. A senadora Serys Slhessarenko (foto) disse que a iniciativa deve servir de exemplo. **Página 8**

# JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano XIII – Nº 2.700 – Brasília, terça-feira, 30 de outubro de 2007

## Estágio e fim do voto secreto em pauta

Trancada por medida provisória, a pauta do Plenário inclui as propostas de emenda à Constituição que acabam com o voto secreto no Congresso Nacional. Os senadores estão ainda buscando entendimento sobre as propostas que regulamentam o estágio estudantil. Também podem ser votados hoje, pela Comissão Mista de Orçamento, o projeto de lei orçamentária da União para o ano que vem, e pela CPI do Apagão Aéreo, o relatório de Demostenes Torres que pede indiciamento de 23 pessoas. **Páginas 2 e 3**

### Sarney e Agripino: Venezuela afeta paz e democracia

O senador e ex-presidente da República José Sarney advertiu ontem, em Plenário, para a gravidade do fato de a Venezuela estar investindo bilhões de dólares em armamentos. “É um perigo para o Brasil e para toda a América Latina que nós tenhamos uma potência militar instaurada dentro do continente”, alertou Sarney. Já o líder do DEM, José Agripino, manifestou temor com a possibilidade de a Venezuela exercer influências negativas sobre a democracia brasileira. A intenção da Venezuela de ingressar no Mercosul também preocupa os dois senadores. **Página 5**

### CPMF EM DEBATE

#### Corte de recursos representaria um choque para os programas sociais

Segundo Fátima Cleide, a prorrogação da CPMF até 2011 é importante para que o governo consiga manter os programas sociais. A senadora aponta desoneração tributária em alguns setores

Célio Azevedo



FÁTIMA CLEIDE

#### Que garantia tem o Congresso de que a saúde vai ser diferente?

Relatora da proposta na CCJ, Kátia Abreu reitera posição contrária à CPMF. Rebate o que chama de ameaças do governo quanto à possibilidade de caos na saúde e de cancelamento de programas

Geraldo Magela



KÁTIA ABREU

#### Voto a favor reconhece necessidade de eliminar “incidência retrógrada”

Ao manifestar que votará a favor da prorrogação, Francisco Dornelles defende redução imediata da alíquota e isenção para pessoas com apenas uma conta bancária e menor renda

Célio Azevedo



FRANCISCO DORNELLES

Para 2008, José Pimentel prevê uma reserva de receita de R\$ 19 bilhões, sendo R\$ 11,5 bilhões destinados a emendas



A Comissão Mista de Orçamento vai analisar documento que recebeu 225 emendas

## Relatório preliminar do Orçamento deve ser votado hoje

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) deve votar hoje, a partir das 14h30, o relatório preliminar, com emendas, ao projeto de lei orçamentária que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício de 2008. O relatório, de autoria do deputado José Pimentel (PT-CE), relator-geral do Orçamento da União para o próximo ano, prevê uma reserva de receita de R\$ 19 bilhões.

De acordo com o relatório, do montante de R\$ 19 bilhões, R\$ 11,5 bilhões serão destinados a emendas, sendo que R\$ 4,1 bilhões para emendas individuais e R\$ 7,4 bilhões para as emendas de bancadas estaduais, dos relatores setoriais e do relator-geral. Ao relatório foram apresentadas 225 emendas.

José Pimentel informou que

os autores das emendas devem atender, prioritariamente, as sugestões apresentadas durante os seminários regionais promovidos pela CMO, realizados nos últimos meses em todas as regiões do país. Nessas audiências públicas, foram definidas as ações estruturantes que deverão orientar os investimentos federais para os próximos quatro anos – Plano Plurianual 2008/2011 – e na Lei do Orçamento Anual (LOA 2008).

O relatório preliminar de José Pimentel é o primeiro elaborado a partir da Resolução nº 1/2006, do Congresso Nacional, que criou novas regras para o processo orçamentário. O Congresso Nacional deve votar o Orçamento até o dia 15 de dezembro, entrando em recesso logo em seguida.

# Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

### Práticas ambientais são apresentadas em seminário

Às 9h, o 1º secretário do Senado, Efraim Moraes (DEM-PB), abre a programação do segundo dia do Seminário de Boas Práticas Ambientais do Poder Legislativo. Em seguida, o diretor-geral do Senado, Agaciél Maia, apresenta o programa

Senado Verde, iniciativa da Casa para a proteção ambiental. O seminário é promovido em conjunto com a Câmara dos Deputados e o Tribunal de Contas da União (TCU). Às 14h, o Plenário inicia sessão deliberativa com o objetivo de des-

trancar a pauta, da qual constam a MP 386/07, que reabre o prazo de opção para integrar as carreiras da Previdência, Saúde e Trabalho, e o projeto que estabelece a competência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

### Meirelles fala a comissões sobre cumprimento de metas monetárias

Às 10h, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) reúne-se com as comissões de Meio Ambiente (CMA) e de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, e com duas comissões da Câmara – a de Finanças e Tributação, e a de Fiscalização Financeira e Controle – para ouvir o

presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, sobre o cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial. A CAE também analisa pauta de 14 itens e, às 12h, recebe visita de membros da Comissão da Indústria, Comércio e Turismo do Senado espanhol.

### CE discute exame de proficiência para exercício da medicina e da odontologia

A Comissão de Educação (CE) reúne-se, às 10h, para debater a exigência de exame de proficiência para o exercício da medicina e da odontologia. Estão convidados

para a reunião o secretário de Ensino Superior do Ministério da Educação, Ronaldo Mota; a chefe da divisão de Temas Educacionais do Ministério das Relações

Exteriores, Almerinda Carvalho; e representantes do Conselho Federal de Medicina, da Associação Médica Brasileira e do Conselho Federal de Odontologia.



### Comercialização da carne suína em exame na CRA

Projeto que inclui a comercialização de carne suína na Política de Garantia de Preços Mínimos é um dos sete itens da pauta que a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) debate às 11h. Deve ser votado ainda o substitutivo da Câmara ao projeto que visa aperfeiçoar as políticas de conservação dos recursos naturais e de incentivo à piscicultura. Também às 11h, a CPI do Apagão Aéreo vota o relatório final do senador Demostenes Torres (DEM-GO).

### CCJ debate prorrogação da CPMF

Ao meio-dia, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) analisa emendas ao projeto do Plano Plurianual (PPA) 2008-2011. Às 15h, a CCJ debate a proposta

que trata da prorrogação da CPMF e da Desvinculação de Receitas da União com o professor da University of Minnesota Pedro Albuquerque; o presidente do Instituto Cearense de

Estudos Tributários, Hugo Machado; o economista do BNDES José Roberto Afonso; e o presidente do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT), Paulo Carvalho.

### CPI das ONGs ouve Controladoria Geral da União

Em audiência pública às 11h, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) das ONGs ouve o ministro Jorge Hage, da Controladoria Geral da União. Às 11h30, a Comissão de Meio Ambiente analisa requerimento de audiência destinada a debater a situação das famílias de agricultores que moram na área de proteção ambiental do Parque Nacional dos Campos Amazônicos e outros seis itens da pauta.

### Orçamento para 2008

Às 14h30 ocorre a reunião da Comissão Mista de Orçamento (CMO) para votação do relatório preliminar sobre a proposta orçamentária para 2008.

## JORNAL DO SENADO

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente interino:** Tião Viana

**2º Vice-Presidente:** Alvaro Dias

**1º Secretário:** Efraim Moraes

**2º Secretário:** Gerson Camata

**3º Secretário:** César Borges

**4º Secretário:** Magno Malta

**Suplentes de Secretário:** Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciél da Silva Maia

**Secretária-Geral da Mesa:** Claudia Lyra

### COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretora da Secretaria Especial de Comunicação Social:** Virgínia Galvez

**Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social:** Helival Rios

**Diretor do Jornal do Senado:** Eduardo Leão (61) 3311-3333

**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

**Diagramação:** Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

**Arte:** Cirilo Quartim e Leif Bessa

**Arquivo fotográfico:** Elida Costa (61) 3311-3332

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

### AGÊNCIA SENADO

**Diretora:** Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

**Chefia de reportagem:** Denise Costa, Davi Emerich e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

**Edição:** Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

**Site:** [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br) - **E-mail:** [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)

**Tel.:** 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Alvaro Dias, Papaléo Paes, Geraldo Mesquita Júnior, Pedro Simon, Gilvam Borges e Garibaldi Alves

Márcia Kalume



Relatório de Demostenes (E) é o único item na pauta da reunião, que começa às 11h

## CPI do Apagão vota relatório que pede indiciamento de 23 pessoas

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Apagão Aéreo faz reunião hoje, a partir das 11h, para votar o relatório final apresentado no dia 24 pelo relator, senador Demostenes Torres (DEM-GO).

O documento solicita o indiciamento de 23 pessoas, 21 das quais ligadas à Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero), incluindo o deputado federal Carlos Wilson (PT-PE), que presidiu a estatal de 2003

a 2005.

Em seu relatório, Demostenes aponta Carlos Wilson como “o chefe de uma quadrilha” montada na Infraero para fraudar licitações e desviar recursos da estatal, o que, observou, pode ter chegado a R\$ 500 milhões.

No relatório, Demostenes Torres recomenda ainda o indiciamento de Denise Abreu e Paulo Roberto Gomes de Araújo, ex-diretores da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).



Presidida por Raimundo Colombo, a CPI das ONGs tem como relator Inácio Arruda

## Jorge Hage abre hoje série de depoimentos à CPI das ONGs

Começam hoje, às 11h, os depoimentos à CPI das ONGs, a comissão parlamentar de inquérito destinada a investigar denúncias de irregularidades na liberação de recursos públicos federais para organizações não-governamentais e para organizações de sociedade civil de interesse público (Oscips), entre 1999 a 2006. O convidado dessa reunião é o ministro Jorge Hage, da Controladoria Geral da União.

A CPI – que também vai investigar a utilização dos recursos públicos pelas ONGs e Oscips, bem como o uso de ou-

tros recursos por elas recebidos do exterior, no mesmo período – realizou durante a semana duas reuniões. Na primeira, aprovou o plano de trabalho que norteará as investigações do colegiado; na segunda reunião, os senadores discutiram a função das ONGs, em audiência pública que contou, entre outros convidados, com a presença do procurador da República Rômulo Moreira Conrado.

A CPI das ONGs é presidida pelo senador Raimundo Colombo (DEM-SC) e tem como relator o senador Inácio Arruda (PCdoB-CE).

Propostas que alteram legislações do tribunal do júri e dos estágios estudantis, bem como as regras sobre a apreciação de vetos presidenciais, integram a ordem do dia

# MP e fim do voto secreto dominam pauta da semana

O Plenário do Senado começa a semana com a pauta cheia. Uma medida provisória tranca a ordem do dia, a qual inclui as propostas de emenda à Constituição (PECs) que acabam com o voto secreto no Congresso Nacional, matérias que tratam de estágio de estudantes (veja abaixo), do Conselho Administrativo de Defesa Econômica

(Cade), do tribunal do júri e da apreciação de vetos presidenciais, entre outras.

A MP 386/07, aprovada pela Câmara no dia 16, reajusta salários da Polícia Federal com índices de 6,35% a 8,4% desde 1º de setembro deste ano. Os aumentos dos subsídios são gradativos e chegarão, em fevereiro de 2009, a percentuais que variam de 21% a 28% sobre o valor dos salários de agosto de 2007.

A MP também reabre até 31 de dezembro deste ano o prazo para que servidores da Fundação Nacional de Saúde lotados no Ministério da Saúde possam optar, sem perda de remuneração, pelo ingresso na carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho.

Em relação às PECs que podem acabar com o voto secreto no



O Plenário deve discutir novas receitas para o Fundo de Participação

Congresso, tem preferência para exame o substitutivo de Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) à PEC 38/04, apresentada pelo então senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ). Serão apreciadas ainda a PEC 50/06, de Alvaro Dias (PSDB-PR), e a PEC 86/07, de Paulo Paim (PT-RS).

### Diferenças

As propostas de Cabral e Alvaro determinam o fim do voto secreto em deliberação sobre perda de mandato parlamentar, enquanto a PEC de Paim estabelece a eliminação dessa prática em todas as votações do Senado e da Câmara. Se aprovadas, as PECs precisarão ser apreciadas em segundo turno antes do envio à Câmara.

O PLS 412/03 (Complementar), do então senador Antonio Carlos Magalhães (DEM-BA),

estabelecendo a competência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), é um dos primeiros itens da ordem do dia de hoje. Um dos projetos que tramitam em regime de urgência é o PLC 20/07, proposto pelo Executivo com o objetivo de alterar a legislação sobre tribunal do júri.

Além das PECs do voto secreto, estão prontas para serem votadas em primeiro turno a PEC 50/05, do senador Osmar Dias (PDT-PR), que destina ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM) 10% da arrecadação das contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico (Cide), e a PEC 58/05, do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), que determina a transferência, aos estados, Distrito Federal e municípios, de parte do produto da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

Deve transcorrer ainda a primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC 57/05, do senador Marco Maciel (DEM-PE), que permite que os vetos do presidente da República sejam apreciados separadamente pelo Senado e pela Câmara.

## Senadores ainda buscam acordo sobre regras para estágio

O Senado busca um entendimento em torno de propostas que regulamentam o estágio estudantil. A ordem do dia de hoje traz o projeto de lei da Câmara (PLC 44/07) que disciplina essa prática em instituições de educação superior e profissional e de ensino médio. Em regime de urgência, a proposta tramita em conjunto com projeto de lei do Senado (PLS 473/03) de Osmar Dias (PDT-PR), que regula o estágio não só nessas modalidades, mas também na educação de jovens e adultos e de educação especial.

Novo questionamento sobre o assunto foi levantado em Plenário pelo líder do DEM, José Agripino (RN). Na ocasião, o senador reivindicou o apensamento do PLS

177/02, de sua autoria, e do PLS 52/03, do senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS), ao PLC 44/07 e ao PLS 473/03, sob o argumento de tratarem do mesmo assunto. Até o momento, o que está definido é o exame dos PLSs 177/02 e 52/03 pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), hoje, às 10h.

O relatório de Raimundo Colombo (DEM-SC) ao PLC 44/07 na Comissão de Educação (CE) – modificado depois que Osmar Dias reclamou a precedência de sua proposta em relação à do Poder Executivo – defende a aprovação do PLS 473/03, na forma de substitutivo, que incorporou dez emendas oferecidas em Plenário. Assim, consideraram-se prejudicados o PLC 44/07 e todas as

emendas por ele recebidas. Esse relatório deverá ser apresentado por Raimundo Colombo na sessão plenária de hoje.

Na CAE, a relatora dos PLSs 177/02 e 52/03, Roseana Sarney (PMDB-MA), opinou pela aprovação da primeira proposta, acrescida de três emendas, e pela rejeição da segunda.

O projeto de Agripino cria uma bolsa de aperfeiçoamento profissional no valor de R\$ 200, a ser reajustada anualmente e financiada com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Também estipula a duração do estágio em seis meses, renovável apenas uma vez, sem criar vínculo empregatício nem direitos previdenciários.

Leopoldo Silva



Projeto de Jarbas Vasconcelos inclui crime de médio potencial ofensivo

## CCT debate novas regras para uso de grampo telefônico

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) deve votar amanhã o Projeto de Lei do Senado (PLS) 525/07, de autoria do senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE), que estabelece novas condições para o procedimento de interceptação telefônica, informática e telemática. A matéria, com as emendas oferecidas, tem voto favorável do relator, Expedito Júnior (PR-RO). A reunião da CCT está marcada para as 8h45.

O projeto propõe a alteração das hipóteses autorizadas de interceptações, passando do critério da “previsão de pena de reclusão” para o da “infração de médio potencial ofensivo”, cuja pena mínima é igual ou superior a um ano. Além disso, a proposição estabelece que o pedido inicial de interceptação apresente, taxativamente, a relação do número de telefones a serem grampeados, com a indicação nominal do titular e da data de ativação da linha.

A CCT deverá examinar ainda o PLS 346/05, do senador Pedro Simon (PMDB-RS), que impede a cobrança extra por ponto adicional de serviço de TV a cabo em um mesmo domicílio. Os membros da comissão vão deliberar sobre requerimento de audiência pública para instrução da matéria.

Constam da pauta da reunião da comissão 28 projetos de decreto legislativo, em análise terminativa, autorizando ou renovando o funcionamento de rádios comunitárias em todo o país.

Como não foi apresentado recurso para votação em Plenário, proposta aprovada em caráter terminativo pela CCJ seguiu ontem para o exame da Câmara dos Deputados

# Projeto acaba com prescrição de ações contra autoridades

O Senado encaminhou ontem à Câmara dos Deputados projeto aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) que visa tornar mais rápido o julgamento de ações penais em que há foro especial por prerrogativa de função, mais conhecido como foro privilegiado.

A proposta (PLS 281/07), de autoria do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), suspende, após a conclusão da respectiva instrução, a possibilidade de prescrição das ações antes da decisão final. Ela foi aprovada na forma de um substitutivo apresentado pelo seu relator, senador Jefferson Péres (PDT-AM).

Entre os que são julgados em foro especial estão o presidente e o vice-presidente da República, senadores e deputados federais, ministros de Estado, governadores e determinados magistrados. Nos casos de crimes comuns e de responsabilidade, eles só podem ser julgados pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e pelo Su-



Suplicy argumenta que foro privilegiado é apontado como incentivo à impunidade

perior Tribunal de Justiça (STJ). Aprovado na CCJ em decisão terminativa, o projeto seguiu para o exame dos deputados porque não houve recurso de pelo menos nove senadores para submeter a proposta ao exame do Plenário.

### Impunidade

Ao justificar seu projeto, Suplicy afirma que os críticos do foro privilegiado o apontam como um incentivo à impunidade para os crimes comuns e de responsabilidade, “haja vista uma espécie

de arraigada tradição, nas cortes superiores, de postergar indefinidamente a decisão final nesses tipos de feito”.

Por outro lado, Suplicy lembra que os defensores do foro especial sustentam a necessidade de “preservar as autoridades públicas mais eminentes da nação, impedindo, por exemplo, que o presidente da República seja afastado do cargo por qualquer juiz de primeira instância ou que um ministro de Estado seja processado por um sem-número de varas”.

O substitutivo de Jefferson Péres faz alterações no artigo 12 da Lei 8.038/90 – que institui normas dos processos sobre os quais o STJ e o STF têm competência originária para julgar. Entre as modificações, está a que determina que o processamento e o julgamento das ações em casos de crimes comuns e de responsabilidade “terão prioridade sobre os dos demais feitos, não se admitindo o excesso injustificado de prazos”.

## Nery quer mudar proposta do regimento de conselho

O líder do PSOL, senador José Nery (PA), vai reapresentar em Plenário duas emendas de sua autoria ao projeto de resolução que institui um regimento interno para o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado e que foram rejeitadas na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) pela relatora, senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO). A primeira emenda retira do texto do substitutivo ao projeto original de Valter Pereira (PMDB-MS) a competência de o conselho investigar somente representações que tenham como base denúncias ocorridas a partir da posse do senador. Já a segunda prevê que o início do processo de cassação seja contado a partir da decisão da Mesa de enviar a representação ao colegiado.

Conforme Nery, a aprovação dessas emendas é fundamental para que o regimento atenda às reais reivindicações da sociedade, que exige maior transparência no julgamento de parlamentares acusados de quebra de decoro parlamentar.

– Ao decidir que a visão de



Nery: as duas emendas são fundamentais para maior transparência do julgamento

ética de um parlamentar tem início somente no dia da posse, a comissão cometeu um retrocesso – afirmou ontem Nery à Agência Senado, por meio de sua assessoria.

Lúcia Vânia explicou que rejeitou a emenda que tinha por objetivo suprimir texto que previa a análise de representações apenas após a posse no Senado porque esse já era o entendimento acordado em texto similar de projeto de Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE). No entanto, a senadora observou que alterou parte do texto original da proposta, de forma que a representação ou denúncia

contra senador possa abordar atos praticados durante o exercício “de mandato parlamentar” e não apenas “do mandato”, como constava originalmente.

### Início do processo

Pelo substitutivo de Lúcia Vânia, o processo será considerado efetivamente instaurado a partir da decisão do Conselho de Ética pela abertura do processo disciplinar contra senador, ou seja, após a aprovação do parecer do relator que concluir pela procedência da denúncia.

– O relatório aprovado é indevido porque estica o prazo possível para a renúncia do parlamentar acusado de quebra de decoro parlamentar – criticou Nery, ao lembrar que o momento do início do processo de cassação acaba com o direito de o parlamentar renunciar ao mandato sem correr o risco da aplicação de pena acessória de inelegibilidade por oito anos, prevista constitucionalmente.

O projeto acolhido pela CCJ será ainda analisado pelo Plenário do Senado e, se aprovado até o fim do ano, entrará em vigor já a partir de 1º de janeiro de 2008.

## CRE analisa voto de repúdio no caso Jean Charles

Os senadores da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) apreciam amanhã requerimento de voto de repúdio à decisão da promotoria pública britânica de inocentar os policiais da Scotland Yard envolvidos no assassinato do brasileiro Jean Charles de Menezes, ocorrido em 22 de julho de 2005. O requerimento é de iniciativa do senador Eduardo Suplicy.

Após ressaltar, na justificativa, que os atentados terroristas em Londres demandavam medidas excepcionais para garantir a segurança, Suplicy afirmou que, no caso de Jean Charles, “um cidadão brasileiro inocente”, houve, por parte das forças de segurança britânicas, “no mínimo, negligência criminosa que resultou num bárbaro assassinato”.

### Tratado

Também está na pauta da reunião do colegiado projeto de decreto legislativo (PDS 112/07) que aprova o texto do Tratado de Assistência Mútua em Matéria Penal entre o Brasil e o governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte.

Segundo esse tratado – um dos nove itens da pauta da CRE –, as partes prestarão assistência jurídica mútua para o propósito de transferência de pessoas sob custódia, localização ou identificação de pessoas, identificação e apreensão de produtos de crime e assistência em outros procedimentos de investigação penal.

A solicitação desses procedimentos poderá ser recusada se, por exemplo, o cumprimento do pedido afetar a sua soberania, a segurança ou outros interesses essenciais da parte requerida.

Outro caso de recusa pode ocorrer quando a solicitação referir-se a crime considerado militar pela parte requerida e que não constitua também crime comum de acordo com a lei penal.



Jefferson Péres notificou cinco pessoas para prestar depoimento

## Juiz que acusou João Lyra de assassinato depõe amanhã

O senador Jefferson Péres (PDT-AM), relator da terceira representação contra o presidente licenciado do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), vai ouvir amanhã, às 10h, em sessão reservada, o juiz da 16ª Vara Criminal de Maceió, Marcelo Tadeu Lemos de Oliveira. Ele foi notificado por Jefferson por ter enviado ao Supremo Tribunal Federal (STF) notícia crime acusando o usineiro João Lyra de ser o autor intelectual do assassinato do funcionário da Secretaria da Fazenda de Alagoas Sílvio Viana.

## Renan nega “sociedade secreta” na compra de rádio e jornal

Na defesa prévia que encaminhou na semana passada ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, o presidente licenciado do Senado, Renan Calheiros, negou participação em uma “sociedade secreta” com o usineiro João Lyra em um jornal e duas emissoras de rádio. Renan, entretanto, afirma que José Renan Vasconcelos Calheiros Filho é sócio em duas rádios mencionadas na denúncia de João Lyra à revista *Veja*: a Rádio Correio (registrada comercialmente como Rádio Manguaba Ltda.) e a JR Radiodifusão Ltda.

A denúncia de que Lyra e Renan teriam sido sócios, tendo testas-de-ferro à frente das rádios e do jornal, foi feita por Lyra à revista *Veja*. Com base na reportagem, o PSDB e o DEM ingressaram com a terceira representação contra Renan, para a qual foi designado relator o senador Jefferson Péres (PDT-AM).

Por meio dos advogados José Fragoso Cavalcanti e Davi de Oliveira Rios, Renan afirma que documentação arquivada na Junta Comercial de Alagoas referente ao ano de 2002 prova que os

A terceira representação, apresentada pelo PSDB e o DEM, tem como base reportagem da revista *Veja*, na qual Lyra fala sobre uma suposta sociedade secreta entre ele e Renan em um jornal e duas emissoras de rádio em Alagoas. Na defesa prévia encaminhada ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar na semana passada, Renan negou a existência da sociedade e descreveu Lyra como um homem sem credibilidade para fazer a acusação.

Essa será a primeira das cinco pessoas notificadas pelo conselho a ser ouvida por Jefferson. O primo e suposto testa-de-ferro de Renan, Ildefonso Tito Uchoa, respondeu à notificação dizendo que aceita apresentar as respostas por escrito. O Conselho de Ética não tem poderes para obrigar alguém a depor.

Além do juiz, cuja audição foi sugerida por Renan em sua defesa, e de Tito Uchoa, foram notificados o próprio João Lyra; o governador de Alagoas, Teotônio Vilela Filho (PSDB); e o empresário Nazário Pimentel, que, segundo a matéria, vendeu as empresas a Renan e ao usineiro.

empresários Nazário Ramos Pimentel (99%) e Luiz Carlos Barreto Góes (1%) transferiram todas as suas cotas do *O Jornal* para Lyra (99%) e José Carlos Paes (1%). Essa transferência, de acordo com Renan, elimina a hipótese de sua participação no negócio – o que, segundo disse, é reforçado pelo fato de que não efetuou retiradas.

### Transferência

Conforme a defesa de Renan, em março de 2006, João Lyra transferiu integralmente suas cotas a Luiz Soares Pinto. “Quem adota a prática de utilizar ‘laranjas’ em seus negócios é exatamente o acusador”, afirma Renan em sua defesa.

Ainda com base em documentos de transferência de capital social registrados naquela junta, Renan afirma que também em 2002 Nazário transferiu 25% de suas cotas na Rádio Correio para José Queiroz de Oliveira e José Carlos Pacheco Paes. Em 2005, as cotas de Paes seriam transferidas a Ildefonso Antônio Tito Uchoa Lopes, primo de Renan, e acusado por Lyra de ser testa-de-ferro dele e do presidente do Senado.

“Não podemos admitir outra fórmula que não seja a do diálogo para resolver os problemas do continente”, adverte ex-presidente a respeito dos gastos de Hugo Chávez com armamento

## Sarney alerta para riscos de militarização da Venezuela

“É um perigo para o Brasil e para toda a América Latina que nós tenhamos uma potência militar instaurada dentro do continente.” O alerta foi feito pelo senador José Sarney (PMDB-AP), que advertiu para a gravidade do fato de a Venezuela estar investindo bilhões de dólares na compra de caças de última geração, armamento para submarinos, foguetes e outras armas de guerra. Ele pediu ao governo federal uma reflexão mais profunda sobre o assunto.

Sarney destacou que a decisão do presidente venezuelano, Hugo Chávez, de transformar aquele país em potência militar poderá levar o continente a uma corrida armamentista que obrigaria os governos do Brasil e dos demais países a desviar recursos atualmente destinados a investimentos sociais para a compra de armas. Salientou ainda que, do contrário, haverá um desequilíbrio militar que implicará riscos para a região.

– Somos, a América do Sul, o continente mais pacífico da face da terra. O Brasil é um exemplo porque temos fronteira com dez países e vivemos pacificamente com todos eles. Nossos problemas de fronteira foram dirimidos por inermédio de árbitros e de



Sarney: Congresso tem que examinar se Venezuela pode fazer parte do Mercosul

meios pacíficos, assim constituímos o grande país que somos. Não podemos admitir outra fórmula que não seja a do diálogo para resolver os problemas do continente – afirmou Sarney.

### Mercosul

Sobre o interesse da Venezuela em ingressar no Mercosul, Sarney observou que o Congresso tem que examinar se realmente aquele país está cumprindo uma das exigências para entrar no bloco econômico: ser um Estado democrático. Disse também que alterações constitucionais aprovadas pelo Congresso venezuelano, na semana passada, podem sinalizar o contrário.

As medidas incluem, entre as

atribuições do presidente, a criação ou supressão de províncias federais, territórios federais, cidades, distritos funcionais, municípios federais, regiões marítimas, regiões estratégicas, distritos insulares e cidades comunais e a designação e remoção de suas autoridades. Também poderá remover seu vice-presidente e nomear vice-presidentes para governar as regiões criadas.

Sarney explicou que, pessoalmente, não tem nada contra Hugo Chávez e que seu pronunciamento foi motivado por princípios democráticos. O senador lembrou que protestou em diversas ocasiões nas quais a democracia foi ameaçada no continente. Ele o fez, inclusive, quando Hugo Chávez liderou tentativa, e quando o já presidente venezuelano foi vítima, de um golpe militar.

Em aparte, Edison Lobão (PMDB-MA) avaliou que a população reconhece que Sarney caminhou sempre no rumo “da mais absoluta democracia”. A atuação de Sarney como presidente da República, recolocando o Brasil no caminho da democracia, na análise de Lobão, é a maior prova de que o senador pautou sua vida na defesa das liberdades.

## Agripino teme influência negativa sobre democracia

O líder do DEM, José Agripino (RN), manifestou ontem preocupação com a possibilidade de o regime político venezuelano, comandado por Hugo Chávez, exercer influências negativas sobre a democracia brasileira.

Dizendo-se francamente contrário à entrada da Venezuela no Mercado Comum do Sul (Mercosul), o senador qualificou como totalitário o governo do país vizinho, por não acatar vários princípios democráticos, como a separação de poderes, o respeito às minorias opositoras, a liberdade de expressão e a alternância de poder.

– O Poder Executivo é absolu-

tamente tutelador na Venezuela, lamentavelmente. A Suprema Corte tem composição favorável a Chávez, composição produzida por ele. O Parlamento, por manobras, é absolutamente submisso a ele. E o Poder Executivo é ele próprio, em função da PDVSA [estatal de petróleo], que é a própria Venezuela – afirmou.

Agripino rebateu ainda argumento freqüentemente usado por defensores da associação da Venezuela ao Mercosul, segundo o qual somente o vigor da relação comercial daquele país com o Brasil já justificaria sua entrada no bloco. Citando dados que comprovam um relevante



Agripino manifesta-se contra a entrada da Venezuela no Mercosul

aumento das importações da Venezuela dos Estados Unidos nos últimos anos, em comparação ao crescimento menor das importações de produtos brasileiros, o senador considerou ineficaz a estratégia de aprofundar relações políticas – proposta por membros do governo brasileiro – visando ao aumento do intercâmbio comercial.

Senador espera que se repita no Brasil o que aconteceu com a economia de países que sediaram competição internacional: crescimento acima da média dos anos anteriores

## Copa do Mundo pode estimular a economia, afirma Osmar

Osmar Dias (PDT-PR) defendeu a realização da Copa do Mundo de 2014 no Brasil como fator indutor do desenvolvimento socioeconômico do país. Ele contestou reportagem do jornal *Financial Times*, segundo a qual o Brasil não poderia sediar a Copa devido à corrupção e à infra-estrutura deficiente.

Para o senador, a Copa do Mundo no Brasil, em 2014, trará benefícios para todos os setores da economia, especialmente nas áreas de segurança pública e de infra-estrutura, pois serão necessários investimentos em ambos para a realização do evento.

Osmar citou países que já sediaram a Copa do Mundo para reforçar sua tese, lembrando que a Coréia do Sul e o Japão investiram US\$ 13 bilhões, a Alemanha, US\$ 9 bilhões e a África do Sul



Osmar Dias: investimentos serão necessários para que país sedie jogos

irá despender US\$ 2 bilhões. O Brasil, acrescentou, será obrigado a fazer investimento em torno de US\$ 5 bilhões.

O senador assinalou que o PIB é impulsionado no ano em que ocorre a Copa do Mundo no país que a organiza, com um

Roosevelt Pinheiro

crescimento de 1,5% acima da média. Na Alemanha, afirmou, o aumento do PIB foi de 1,7% acima da média de crescimento, enquanto a previsão para a África do Sul é de cerca de 0,5% acima da média do país. Na Coréia do Sul e Japão, informou, 100 mil empregos foram criados e mantidos em função na nova infra-estrutura do país.

O turismo também foi incrementado, observou o senador, sendo que os Estados Unidos receberam 400 mil turistas a mais e, a Alemanha, 2 milhões. Na África do Sul estão sendo esperados 250 mil turistas além daqueles que o país normalmente recebe. Osmar Dias ressaltou que esses visitantes podem retornar ao país em outras oportunidades depois de conhecê-lo e serem bem tratados.

## Heráclito critica governador por gastar com estudo sobre petróleo

A intenção do governador do Piauí, Wellington Dias, de bancar um estudo de R\$ 80 milhões para verificar a existência de petróleo no estado foi criticada por Heráclito Fortes (DEM-PI). A informação, de acordo com o senador, foi publicada pelo jornal *Meio Norte*.

– Vai tirar dinheiro de onde? Se tiver petróleo, a Petrobras vai, não precisa de recurso orçamentário para ir atrás – afirmou.

Para o senador, algo está errado e deve haver algum “atravessador ou lobista” querendo enganar o

governador. Heráclito indagou se Wellington Dias está querendo ser para o Piauí o que Paulo Maluf foi para São Paulo, quando criou a Paulipetro (consórcio instituído na década de 80 para explorar petróleo).

– Ele quer criar a Piauipectro, e o povo que pague essa megalomania – protestou.

Heráclito criticou o governador por “não lutar por recursos no Orçamento da União para o Piauí”. Ele disse que não há recursos, por exemplo, para reformas no aeroporto de Teresina e lembrou os



Heráclito suspeita que algum lobista queira enganar Wellington Dias

problemas do porto de Luiz Corêa, privatizado e abandonado pela empresa vencedora da licitação.

Heráclito anunciou a intenção de convocar autoridades da Agência Nacional do Petróleo (ANP) e da Petrobras para esclarecer esse assunto.

Geraldo Magela



Couto vê corrupção fora do controle e baixos investimentos em saúde

de 12 andares em quatro anos.

Além de destacar que a corrupção está “sem controle” no Brasil, o parlamentar protestou contra o baixo investimento do governo nas áreas de saúde e de

Geraldo Magela

segurança pública. Ele informou que dois hospitais do Rio de Janeiro estariam fechando seus setores de neurocirurgia devido à falta de recursos e aos baixos salários dos profissionais.

– O povo brasileiro quer saber onde está aquele sindicalista-operário que pregava um país melhor, que pregava uma sociedade melhor. Será que esse que está aí na Presidência da República é aquele mesmo do ABC Paulista, que prometia tanto aos brasileiros? Não, infelizmente, meu povo querido do Brasil e do Pará, não é o mesmo – frisou.

## Alvaro Dias apóia reivindicações de grevistas da Secretaria da Receita

Alvaro Dias (PSDB-PR) manifestou ontem apoio aos analistas e técnicos da Secretaria da Receita Federal do Brasil (a Super-Receita) que estão em greve desde o dia 22 com o objetivo de “obrigar o governo a cumprir a lei”. O senador lembrou que, com a criação da Super-Receita, em março deste ano, o governo promoveu a redistribuição de 5.032 servidores de carreira do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) para a Super-Receita, mas eles ainda não foram incorporados ao plano de carreira da Secretaria da Receita Federal.

– É só o governo cumprir a lei, que foi idealizada pelo governo, encaminhada ao Congresso Nacional pelo mesmo e teve o aval do Congresso Nacional. Portanto, cabe ao governo obedecer à lei que ele próprio instituiu.

Alvaro Dias informou que o movimento grevista é coordenado pela Associação Nacional dos Servidores da Secretaria da



Leopoldo Silva

“É só o governo cumprir a lei que ele próprio idealizou”, afirma Alvaro

Receita Previdenciária (Unaslaf) e pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social (CNTSS).

### Venezuela e Mercosul

Alvaro Dias aproveitou para questionar o possível ingresso da Venezuela no Mercosul. O senador colocou em dúvida a capacidade da Venezuela comandada por Hugo Chávez de atender ao Protocolo de Ushuaia sobre Compromisso Democrático no Mercosul, assinado em 24 de julho de 1998.

## Mesquita Júnior registra seminário do PMDB do Acre

Mesquita Júnior (PMDB-AC) informou ontem que o PMDB acreano realizou, no último fim de semana, um seminário para tratar dos problemas sociais, econômicos e administrativos dos municípios do estado. De acordo com o parlamentar, o objetivo do evento foi fazer um levantamento dos grandes temas “prioritários para a sociedade”, com o intuito de elaborar as propostas que devem ser levadas ao eleitor



Geraldo Magela

Mesquita Júnior anuncia que propostas vão ajudar na “reanimação do partido”

na “caminhada de reanimação do partido”.

Mesquita Júnior também relatou a visita que fez a uma cooperativa de produtores do município de Feijó (AC), a qual agrega 2.700 sócios. Ele comemorou o sucesso do empreendimento.

## Comissão debate exame de proficiência na área de saúde

A Comissão de Educação (CE) realiza hoje, a partir das 10h, audiência para instruir projetos de Tião Viana (PT-AC) e Serys Shessarenko (PT-MT) que exigem exame de proficiência como requisito para o exercício da Medicina e da Odontologia.

Entre os convidados para esse debate, estão os secretários de Ensino Superior do Ministério de Educação, Ronaldo Mota, e do Conselho Federal de Odontologia, Marcos Luís Macedo de Santana; o diretor da Associação

Médica Brasileira Elias Fernando Miziara; o corregedor-adjunto do Conselho Federal de Medicina, José Fernando Maia Vinagre; e a chefe da Divisão de Temas Educacionais do Ministério das Relações Exteriores, a diplomata Almerinda de Freitas Carvalho.

O projeto de Viana fixa o exame de proficiência como requisito para inscrição em Conselho Regional de Medicina. Pela proposição de Serys, exame semelhante é exigido no registro dos cirurgiões-dentistas.

## “Corrupção virou rotina”, acusa Mário Couto

Mário Couto (PSDB-PA) afirmou que, durante o governo Lula, a corrupção “tomou conta do país e virou rotina”. O senador disse que a governadora do Pará, Ana Júlia (PT), alugou um imóvel para o governo estadual, sem licitação, no valor de R\$ 2,160 milhões por quatro anos. A quantia, acrescentou, é suficiente para construir um prédio

## Senado pode unificar propostas sobre Emenda 29, diz Garibaldi

O senador Garibaldi Alves (PMDB-RN) defendeu a discussão e votação imediatas de dois projetos de lei complementar sobre a regulamentação da Emenda Constitucional 29. O primeiro é a proposta do Executivo (PLC 01/03), que aguarda votação na Câmara, e o segundo é o PLS 121/07, de Tião Viana (PT-AC), já aprovado em três comissões do Senado e pronto para ir ao Plenário.

– Temos projetos, temos recursos, mas não temos soluções para os problemas da saúde no país – disse.

No entendimento de Garibaldi, é inevitável uma fusão das duas matérias, uma vez que o projeto



Garibaldi: temos projetos e recursos, mas faltam soluções para problemas da saúde

da Câmara, se aprovado, vai ao exame dos senadores. O resultado, a seu ver, seria uma proposta mais aprofundada e exequível, objetivando reverter a situação negativa por que passa a saúde.



Para Cristovam, é um "aborto cerebral" a falta de acesso à escola de qualidade

### Cristovam condena declaração de Sérgio Cabral

A afirmação do governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral (PMDB), de que o acesso das classes pobres ao aborto legalizado seria uma forma

de conter a criminalidade, foi considerada perigosa por Cristovam Buarque (PDT-DF). Para o senador, essa lógica pode transformar a luta contra o crime em uma guerra entre bairros, entre pobres e ricos.

– Esse argumento em si é uma violência. A mesma maldade existe entre pobres e ricos. A diferença é que os pobres têm menos oportunidades – disse.

Cristovam alertou para o que chamou de "aborto cerebral" que se está praticando com milhões de crianças que não dispõem de escolas de qualidade. Ele afirmou que vários governadores tiveram a coragem de colocar a polícia nos morros para combater diretamente os criminosos, mas perguntou quantos construíram escolas nos locais dominados pelo tráfico.

## Gilvam Borges comemora liberação de recursos para ponte no Amapá

A liberação, pelo Ministério das Cidades, de R\$ 7,6 milhões para a construção da ponte sobre o rio Jari, que deverá ligar o Amapá ao Pará, foi comemorada por Gilvam Borges (PMDB-AP). A ponte será, de acordo com o senador, fundamental para a implantação da política de desenvolvimento agroindustrial da região.

Esses recursos, informou Gilvam, foram inseridos no Orçamento por emendas dos parlamentares amapaenses. Entre os projetos que a bancada pretende apresentar ao projeto orçamentário de 2008, ele destacou a hidrovía no rio Marajó.

O senador lembrou ainda que o leilão para a construção, no rio



Gilvam destacou a hidrovía no rio Marajó entre projetos para 2008

Madeira, da hidrelétrica de Santo Antônio, está marcado para o dia 10 de dezembro. Gilvam também defendeu a reforma tributária como mecanismo para estimular o desenvolvimento.

# Senadores divergem sobre prorrogação da CPMF

A proposta de emenda à Constituição que trata da prorrogação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) até 2011 foi o assunto mais recorrente ontem nos pronunciamentos e apartes dos senadores. A vigência da CPMF termina em 31 de dezembro e, caso não haja prorrogação, ela só poderia voltar a ser cobrada 90 dias depois de instituída. A proposta (PEC 89/07) prorroga,

também, a Desvinculação de Receitas da União (DRU), que autoriza o governo federal a gastar, conforme seu interesse, 20% das receitas que têm destinação constitucional obrigatória. A relatora da PEC na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Kátia Abreu (DEM-TO), reiterou sua posição contrária à renovação, enquanto os senadores da base do governo Fátima Cleide (PT-RO) e Francisco Dornelles (PP-RJ) defenderam o tributo.

### Fátima Cleide



### Importância da manutenção dos programas sociais

A prorrogação da CPMF é necessária, segundo Fátima Cleide, para que o governo federal consiga manter seus programas sociais. A senadora afirmou que o governo Lula não criou nenhum tributo durante seus dois mandatos, e lembrou que cerca de 80% dos recursos aplicados em programas sociais, como o Bolsa Família, são obtidos com a cobrança da CPMF.

– O volume de recursos arrecadados com CPMF é importante e seu corte representaria um choque que pode ser fatal para os programas sociais – disse.

Fátima Cleide também elogiou a desoneração tributária, de R\$ 36 bilhões, praticada pelo governo federal sobre máquinas e equipamentos, livros, alimentos da cesta básica, material de construção e computadores. Em apartes, Heráclito Fortes (DEM-PI) e Mário Couto (PSDB-PA) consideraram baixo o percentual dos recursos da CPMF destinados à saúde pelo governo. Cristovam Buarque (PDT-DF) alertou para a possibilidade de a suspensão da CPMF comprometer as finanças públicas do país, mas se manifestou contrariamente à Desvinculação de Receitas da União (DRU) que, segundo ele, retira 4% dos recursos que deveriam ir para a educação.

### Kátia Abreu



### Fim de imposto não afetará Bolsa Família

Relatora da PEC 89/07, Kátia Abreu reiterou sua posição contrária à aprovação da prorrogação da CPMF, rebatendo as "ameaças do governo" quanto à possibilidade de caos na área da saúde e cancelamento dos programas sociais financiados com a contribuição caso ela deixe de ser cobrada.

A senadora questionou por que o setor da saúde, mesmo recebendo os recursos pretendidamente originados da CPMF – R\$ 40 bilhões anuais –, tem tantos problemas.

Kátia Abreu afirmou ainda que o Bolsa Família não será atingido com o fim da CPMF. Ela assinou o fim do governo projetou para 2008 um aumento no programa de apenas 16%, enquanto o aumento previsto para os gastos da Presidência da República é de 58%.

A parlamentar rebateu ainda a argumentação do governo de que só os mais ricos, que têm conta bancária, pagam CPMF, lembrando que o empresariado repassa a carga tributária para o seu produto, que é consumido também pelos mais pobres.

Kátia Abreu disse ainda esperar que os ministros de Estado, que discutirão a contribuição em audiência no Senado esta semana, expliquem os motivos do aumento de gastos do governo.

### Francisco Dornelles



### É "imprescindível" mudar a forma de cobrança

Francisco Dornelles anunciou que votará a favor da proposta para a prorrogação da CPMF, mas disse considerar "imprescindível" que haja modificações na forma como a contribuição é cobrada.

O senador defende a redução da alíquota já em 2008 para 0,35%, para gradativamente acabar após 2011. Ele também sugere que a CPMF não seja cobrada de pessoas que têm somente uma conta bancária e renda inferior a R\$ 1,2 ou R\$ 1,6 mil.

– Queremos acabar com essa incidência retrógrada e atrasada, que vem fazendo parte permanente, com nome de provisória, do sistema tributário do país – frisou.

O Orçamento da União tem receita de R\$ 600 bilhões e a CPMF representa entre 6% e 8% da arrecadação; por isso, uma diminuição traria problemas à administração financeira, com cortes em investimentos e nos programas sociais, explicou o senador, justificando seu voto. Mas ele ressaltou a necessidade de redução de outros impostos como o PIS-Pasep e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), para investimento no saneamento, e a contribuição patronal, custo adicional para a geração de empregos.

Promovido pelas duas Casas do Congresso e pelo Tribunal de Contas da União, evento discute iniciativas como EcoCâmara, Senado Verde e TCU Sustentável



Compõem a mesa dos trabalhos Sérgio Freitas (1º à esquerda), Serys Slhessarenko, Sarney Filho, Sérgio Sampaio e Agaciel Maia

## Seminário debate práticas ambientais do Legislativo

“É nessa busca conjunta e sem imposição de regras dos mais ricos sobre os mais pobres que a gente vê quão importante são essas ações que o Poder Legislativo está fazendo. É a partir daí que vamos conquistar mudanças significativas para melhorar o nosso planeta.” Foi assim que a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), presidente de Honra do Programa Senado Verde, definiu ontem o 1º Seminário de Boas Práticas Ambientais do Poder Legislativo. A iniciativa do evento é do Senado, da Câmara dos Deputados e do Tribunal de Contas da União (TCU).

Conforme a senadora, o seminário é uma importante ferramenta para mostrar e exemplificar aos demais órgãos públicos, ao empresariado e também à so-

ciidade que é preciso que todos se envolvam no processo “da busca pelo desenvolvimento com sustentabilidade, mas com a preocupação também de construir um planeta melhor para todos e com a vida preservada”.

### Iniciativas

Ao abrir os trabalhos, o deputado Sarney Filho (PV-MA) lembrou que, nesse processo, não basta ao Poder Legislativo exercer apenas suas competências constitucionais de legislar e fiscalizar. Importa também, segundo ele, a adoção de procedimentos saudáveis que tenham por objetivo dar exemplo de boas práticas ambientais no âmbito da administração pública como um todo. Entre as medidas que podem ser efetivadas sem dificuldades, ele citou a leitura de textos pelo computador,

em vez de imprimi-los em papel; a utilização de copos de vidros no lugar de usar vários de plástico durante um único dia; a destinação de resíduos em lixeiras corretas e o ato de desligar as luzes das salas de trabalho vazias.

Também participaram da mesa de abertura do seminário, que se encerra amanhã, o diretor-geral do Senado, Agaciel Maia; o secretário-geral do TCU, Sérgio Freitas; e o diretor-geral da Câmara dos Deputados, Sérgio Sampaio.

Hoje, Sérgio Sampaio falará sobre o EcoCâmara, enquanto Sérgio Freitas discorrerá sobre o TCU Sustentável. Já pelo Senado, Agaciel Maia explicará aos participantes do evento em que consiste o programa Senado Verde.

## Consultor defende uma linguagem mais acessível à população do país

Palestras técnicas sobre educação ambiental e sobre arquitetura ambientalmente correta deram continuidade na tarde de ontem ao seminário.

No debate sobre “Democratização da Linguagem Ambiental”, o consultor do Senado Ivan Dutra Faria chamou a atenção para a necessidade de levar à população uma linguagem mais inteligível. Citou o exemplo de um texto comumente encontrado em relatórios de impacto ambiental (Rimas) discutidos em audiências públicas: “As espécies reofilicas serão afetadas pela transformação do regime lótico em regime lético”, o que, segundo observou, quer dizer: os peixinhos que nadam em água corrente serão prejudicados quando o rio virar lago.

– E isso quando a lei determina uma redação em linguagem

acessível – disse o consultor da Casa.

Além de Ivan Dutra, o primeiro painel da tarde contou com exposições de Manoel Padreca, diretor-executivo da Associação Brasileira das Indústrias Recicladoras de Papel; Bruno Batista, diretor-executivo da Confederação Nacional do Transporte (CNT); e Genebaldo Freire Dias, professor da Universidade Católica de Brasília.

O outro painel, coordenado pela consultora do Senado Carmen Rachel Scavazzini, teve a participação de Otto Ribas, professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília; Fernando Sobreira, arquiteto da Câmara dos Deputados; e Lúcia Helena de Oliveira, professora da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo.

## Encontro no Interlegis discute energia

A ampliação do negócio do etanol, as perspectivas do mercado de biodiesel e as vantagens econômicas, ambientais e sociais dos biocombustíveis serão discutidas hoje no 8º Seminário Nacional de Energia e Responsabilidade Social. O evento, que ocorre no auditório do Programa Interlegis, tem a coordenação da Agência Íntegra Brasil e é realizado pelo Instituto Brasileiro de Ação Responsável, em parceria com o Congresso Nacional.

Participam dos debates o senador Marconi Perillo (PSDB-GO); o deputado José Otávio Germano (PP-RS); o presidente do Fundo Setorial de Energia, Guilherme Pereira; e o subsecretário de Atendimento à Comunidade do Legislativo, James Carvalho; entre outros.

## Serys cobra medidas para conter desmatamento na Amazônia

Ao comunicar em Plenário a abertura, ontem, do 1º Seminário de Boas Práticas Ambientais do Poder Legislativo, a senadora Serys Slhessarenko fez um apelo ao governo para que tome providências quanto à destruição da floresta amazônica. A senadora disse, citando especialistas, que os repetidos ciclos de seca que acontecem nos últimos anos no país devem-se ao crescente desmatamento na Amazônia.

Serys observou que, apesar de a comunidade científica tornar público o problema do aquecimento global e apontar a ação humana como a sua causa, pouco tem sido feito para conscientizar e alterar o comportamento das pessoas que desmatam as florestas brasileiras. Ela citou notícias publicadas no jornal *O Estado de S. Paulo*, nos dias 16 e 21 deste mês, com dados do próprio governo federal, informando que o desmatamento em Mato Grosso cresceu 107% entre julho e setembro deste ano.

Mesmo estados brasileiros mais afastados da Amazônia, observou a senadora, sofrem reflexos dos problemas ambientais que lá acontecem, como a prolongada estiagem que o Rio Grande do Sul enfrentou em 2004 e 2005.

Serys acrescentou que, segundo especialistas, o maior período de seca que atingiu Brasília deveu-se à seca ocorrida na Amazônia há dois anos.

– Os problemas da Amazônia não são apenas da Amazônia, mas de todos os brasileiros. É emergencial a tomada de medidas que revertam de maneira drástica o desmatamento da floresta amazônica – enfatizou.

A senadora Fátima Cleide (PT-RO), em aparte, afirmou que defender o meio ambiente não é uma questão de romantismo, frisando que a proteção ambiental está ligada à proteção à vida de milhões de pessoas na Amazônia.

### Cidades

Serys também destacou o esforço das lideranças comunitárias de Mato Grosso que devem participar da 3ª Conferência das Cidades, no final de novembro, em Brasília. Ela informou que no último fim de semana a Femab – federação mato-grossense que reúne as associações de moradores de bairro – promoveu em Cuiabá evento com a finalidade de preparar as entidades para a conferência, bem como para uma intervenção mais eficiente em suas comunidades.

## Simon destaca fórum da Igreja Católica no RS

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) registrou em Plenário a realização, de 20 a 23 de setembro, na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, do 1º Fórum da Igreja Católica no estado, com a participação de 120 mil pessoas de todas as 17 dioceses gaúchas.

Simon afirmou que o que move a Igreja, neste momento, é a crescente preocupação não só dos católicos, mas de todos os cristãos e da sociedade, com o cenário da desagregação material e espiritual, bem com a deterioração de valores e princípios morais que atinge a família, a escola, as instituições e abala todo o convívio social.

– Vivemos um tempo em que parece não haver mais esperança, em que os sonhos e utopias esmorecem, e o consumismo



Simon: crescente preocupação com deterioração de valores

se torna a ideologia dominante – disse o senador.

Simon ressaltou a oportunidade da realização do fórum, apontando para a necessidade da busca de novos valores e referências e do resgate de sentimentos “perdidos”, como a solidariedade, a compaixão, a humanidade e o espírito coletivo.

O fórum, informou, teve como base para discussão a história da Igreja no Rio Grande do Sul, os desafios desta época de mudanças, o Evangelho de Cristo e a missão da Igreja no presente e no futuro.